

Capítulo 1

Contributos para a compreensão do conceito de redes sociais e políticas

Carla Cíbele Figueiredo

Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação

Resumo

O texto procura explicitar o conceito de redes sociais situando-o em três abordagens diferenciadas, mas que podem ser complementares: a) a da sociologia e antropologia, cujos contributos para a compreensão do conceito se situam sobretudo ao nível da investigação; b) a das políticas públicas, cuja análise incide sobre as redes enquanto modo de coordenação e c) a intervenção social que se constrói e suporta numa lógica de rede. As duas últimas perspectivas acabam em parte por se complementar pois as redes evidenciam um estilo de governação em que há uma diversidade de actores estatais e não estatais implicados, com tendência clara por parte dos governos centrais e locais para implicar actores da sociedade civil na génese e operacionalização das políticas, recorrendo para isso a determinados instrumentos, como é o caso das redes sociais das autarquias. Há, no entanto, redes que se nascem autonomamente, procurando trilhar os seus próprios caminhos com base no compromisso dos seus membros. Este mundo conexcionista entra assim na agenda da investigação e é importante que se vá criando análise crítica.

Palavras chave: Políticas públicas, redes sociais e políticas, intervenção social

Introdução

A simples designação de “rede” ou “redes” convoca hoje no senso comum a ideia de Internet, ou as ligações que se estabelecem a distância, usando aquele recurso. Até meados do século XIX a designação de *rede* tem um sentido pejorativo - é uma sociedade secreta, uma organização clandestina, um poder oculto (Mercklé, 2004). No entanto, a partir de meados do século XX, o termo popularizou-se e fala-se hoje de redes nos mais diversos campos, das empresas ao Estado, do território, aos mercados, da sociedade

civil, às universidades, do conhecimento e investigação à prestação de serviços. Esta epistemologia influencia de tal modo a forma como pensamos e interagimos com o mundo que alguns autores falam de uma “racionalidade reticular” (Portugal, 2007). Ilídio Ferreira acrescenta que a “*sociedade em rede* corresponde à nova estrutura social da *era da informação*, que tem vindo a questionar as bases em que a *era industrial* se formou e desenvolveu” (Ferreira, 2004, p.25).

A designação *Redes* faz apelo a representações diferentes conforme nos situemos numa perspectiva mais investigativa, fundamentalmente de análise de diversos modos de interacção social ou nos colocamos num plano operativo, ligado aos mecanismos como a sociedade constrói os seus modos de coordenação e regulação e à intervenção social. Não há, contudo, fronteiras estanques, até porque a intervenção social pode ser ela própria objecto de estudo, como acontece com todos aqueles que têm investigado redes em acção, por exemplo, as *redes sociais das autarquias* (Decreto-Lei nº 115/2006).

Certo é que de uma forma ou de outra o conceito aponta para ligações, e/ou laços, quer estes sejam entre pessoas, entre organizações, entre pessoas e organizações ou mesmo entre as pessoas e as coisas (artefactos, meios técnicos). A criação de laços acompanha o homem desde os primórdios, como ser eminentemente social dificilmente sobrevive sem estas ligações e, quando o faz, fica amputado de algumas dimensões do ser humano. Podemos então interrogar-nos sobre a novidade de tal conceito e se, tal designação corresponde a um novo paradigma em ciências sociais. A rede traduz uma relação que agrega de algum modo os actores em unidades diferentes das habituais (Lafaye, 1996), trata-se de uma união entre indivíduos que frequentemente transcende as fronteiras tradicionais (a organização, a comunidade), podendo existir no interior das organizações ou ligando indivíduos de diferentes comunidades. Para Portugal (2007), o uso cada vez mais comum do conceito tem possibilitado relevar “a existência de conexões onde antes havia isolamento” e “a valorização das relações entre as pessoas relativamente às relações entre as pessoas e as coisas” (2007, p. 1). A análise das redes mostra que a sociedade não é linear e não pode ser analisada apenas a “partir de categorias construídas *a priori* através da agregação de indivíduos com atributos semelhantes – os homens, os jovens, os operários, os licenciados, os países desenvolvidos, etc.” (Portugal, 2007, p. 7). O que se afigura de algum modo novo é que estes laços por um lado se estudem e analisem enquanto redes, por exemplo, os efeitos que

produzem no âmbito de uma determinada política e, por outro, se tenham vindo a constituir como um modo de coordenação social com características muito próprias.

Redes: abordagens sociológicas e antropológicas

A noção de *redes*, como objecto de estudo faz a sua primeira aparição num artigo de John A. Barnes em 1954, na área da antropologia britânica (Mercklé, 2004). A antropologia é de algum modo pioneira nesta conceptualização, o que não é nada de estranho, considerando o seu interesse pelos laços tecidos inter e entre comunidades. Como refere Portugal, “para estudar este tipo de relações, muitos antropólogos nos anos 50, desviaram a sua atenção dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais” (Portugal, 2007, p. 4), destacando o estudo de Barnes (1977) numa comunidade piscatória que investiga a importância das interacções individuais para a definição da estrutura social, sendo-lhe também atribuída a *paternidade* do termo. Os trabalhos ramificam-se posteriormente muito, centrados na família e nas relações de vizinhança e em eixos temáticos, como é o caso da Antropologia da Saúde. Uma destas abordagens é a das “*redes pessoais*”, herdeira dos trabalhos antropológicos pioneiros de Elizabeth Bott (anos 50 a 70) e da escola de Manchester (Barnes, 1954; Mitchel, 1969). A investigação de Bott (*University of Essex*) tem um enfoque diferente do que até aí tinha sido publicado sobre *redes* sociais, dada a sua dupla condição de psicanalista e antropóloga. A autora investe numa metodologia qualitativa, baseando a sua recolha e análise dos dados na técnica de notas de campo e nas entrevistas de tipo clínico. Percebe-se que a abordagem metodológica da Antropologia, tradicionalmente mais etnográfica, delimita outras estratégias de abordagem do terreno, em que a relevância é colocada na escuta e perspectiva dos actores da *rede* social. A tendência é que estes trabalhos assumam uma perspectiva de investigação naturalista, com metodologias qualitativas que tendem a destacar os actores e as suas vozes no desenho das políticas públicas (Figueiredo, 2011). Estudam-se as narrativas construídas em comunidade (Rhodes, 2002), a importância dos laços fortes ou fracos na procura de emprego (Portugal, 2004) ou mesmo intervenções com base na investigação-acção que pretendem mudar as comunidades a partir de uma ampliação significativa dos laços dos seus habitantes com o exterior (Carpim, 2005).

Na Sociologia, as teorias do actor, e designadamente as teorias do actor-rede (*Actor-Network Theory*) associam-se ao interesse da sociologia pelas *redes*. A ideia de rede permite contrariar as visões sociológicas mais tradicionais (estrutural-funcionalistas), nas quais há “amputação” dos actores, diluídos no sistema social ou reduzidos aos seus atributos individuais. A proposta é a de restituir aos indivíduos e aos seus comportamentos a complexidade dos sistemas de relações sociais, nos quais eles existem. O actor, apesar de não escapar às condicionantes do sistema, não é inteiramente subjugado por elas, evidenciando capacidade de ter voz própria, de agir em função de um raciocínio que não é meramente pautado pelos seus interesses ou pelos interesses do seu grupo social e/ou organização. O termo ANT reflecte em si mesmo uma tensão, pois, por um lado, centra-se no actor e, por outro lado, descentra-se dele considerando-o numa *rede*. Uma das vantagens da ANT é a de pôr em evidência as ligações entre as organizações e a natureza dos recursos que circulam entre elas, permitindo mostrar que as trocas/influências não são apenas económicas. A passagem do nível *intraorganizacional* ao nível *interorganizacional* e a reconstituição de um sistema de acção por aproximações sucessivas permite, por exemplo, articular conceitos como o de indivíduo e o de grupo. Há assim, no âmbito da Sociologia, ramificações que conduzem a diferentes escolas, assumidas como fontes diferenciadas de produção intelectual nesta área.

Os trabalhos que cruzam a sociologia com as questões da construção social do discurso e que invocam Foucault (Law, 1997) defendem a desmontagem das dicotomias mais em uso na construção do conhecimento sociológico (conhecimento e poder; contexto e conteúdo; materialismo e sociabilidade; actividade e passividade, macro e micro...) tais dicotomias estão longe de fazer parte natural da ordem das coisas e são construídas através do discurso. Assim, da mesma forma que se procura *o que distingue e o que opõe*, pode procurar-se *o que une e o que liga* (alto e baixo, grande e pequeno ou humano e não humano...). Law (1997) afirma que a *actor network theory* (ANT) é uma *semiótica da materialidade* no sentido em que procura a relação entre as coisas, não apenas na linguagem, mas nos lugares.

Na sociologia americana, há um embrião de um desenho de rede social através dos testes sociométricos concebidos por Jacob Moreno (psicossociologia) embora o autor não use propriamente o termo rede para se referir à malha de relações sociais que resultam da aplicação do teste. Essas análises aprofundam-se pela influência de Simmel e da teoria dos grafos, são criadas e usadas fórmulas

matemáticas aplicáveis à análise das relações sociais e, não obstante algumas críticas, são os modelos predominantes na investigação sobre *redes* sociais. De acordo com Mercklé (2004), matemáticos como Harary, Norman et Cartwright (em 1965 e 1968) formalizam os primeiros estudos sobre interações entre indivíduos, nomeadamente com a utilização da *teoria dos grafos* em articulação com a *teoria dos grupos* (Kurt Lewin, 1936), tendo-se pouco a pouco verificado o apuramento dos modelos de análise recorrendo a aplicações informáticas, afinando-se assim o que actualmente se define como modelo de *análise estrutural*. Nesta análise as questões da forma (estrutura) são mais importantes do que as de conteúdo. O objectivo não é tanto analisar o comportamento individual no seio da rede nem as vantagens ou desvantagens que o mesmo tira das suas ligações, mas sim a própria estrutura com que a rede aparece, se vista do exterior; como é que os indivíduos aparecem ligados uns aos outros - e se definem os subgrupos, a liderança, o prestígio de cada um, os isolamentos.

A perspectiva é a de considerar a rede como a estrutura que liga os indivíduos através das interações, mas que também acaba por os constringer, ao considerá-los em determinadas posições. Por exemplo, considerando duas *escolas* de ensino superior de Sociologia numa mesma cidade, é possível analisar até que ponto as citações nos artigos científicos que produzem se fazem apenas no interior da mesma *escola* ou se são citados colegas da outra *escola* ou se o grafo é *conexo*, podendo então afirmar-se que não há conflito entre as duas escolas, uma vez que há citações mútuas. Quando encontramos uma densidade fraca, trata-se de uma comunidade que se fecha sobre si própria do ponto de vista académico. Por este exemplo podemos perceber “como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas, também, o modo como eles o usam e modificam consoante os seus interesses” (Portugal, 1995 p. 165). Há também autores que procuram “captar múltiplos níveis de análise em simultâneo”, o seu interesse reside tanto “em descrever como o indivíduo está embebido numa estrutura e como é que a estrutura emerge das microrrelações entre os indivíduos, permitindo um mapeamento destas relações multimodais” (Viseu, 2012, p. 53)

Um exemplo de um estudo que recorre à análise estrutural é o de Ávila de Lima (1997) representa um exemplo da metodologia quantitativa utilizada no âmbito das *redes* sociais. O autor analisa o impacto das *redes* de amizade entre professores na vida interna das escolas, discutindo estas relações híbridas: por um lado amigos e, por outro, colaboradores profissionais, ou seja, até que ponto elas

são como duas faces da mesma moeda. O autor, usando a *cultura dos professores* como conceito central, tenta mostrar como é que as relações interpessoais afectam o carácter e a qualidade das relações formais e como é que as *redes* se estruturam e são ao mesmo tempo estruturadas pelas experiências de trabalho (nos departamentos de Inglês e Matemática de duas escolas secundárias). Em primeiro lugar procura identificar os actores sociais que compõem as *redes*, considerando aspectos tais como o número de contactos, o tempo de contacto, o grau de intimidade..., prosseguindo posteriormente com a análise do que estrutura tanto as relações profissionais como as de amizade. Tal como em outros estudos nesta área, a aplicação do teste sociométrico é fundamental do ponto de vista metodológico. Embora descentrado das questões das políticas públicas, o estudo é não só importante do ponto de vista da utilização da metodologia das *redes* sociais, como é interessante por se focar numa temática tão pouco estudada em contexto escolar.

Numa outra perspectiva, mais qualitativa, não recorrendo assim à análise estrutural, Sílvia Portugal (1995; 2006; 2007) elabora vários estudos sobre *redes* sociais, tendo como tema base a ideia da produção de bem-estar, analisando os laços de solidariedade social que se tecem em múltiplos contextos, designadamente no seio da família alargada. Um dos estudos toma como “objecto empírico a análise de um momento de transição na vida familiar: o nascimento do primeiro filho, bem como as necessidades de apoio que esse acontecimento suscita” (Portugal, 1995, p. 166). Atendendo a que os laços são delimitados por esta questão muito precisa, a autora analisa uma *rede* parcial, ou seja, que relações familiares são activadas. Define quatro áreas de prestação de apoio, procura saber junto da família para quais destas áreas obtêm ajuda e quem a presta. Trata-se de uma metodologia de “reconstituição de *redes* egocentradas, utilizando, em grande parte, os princípios genéricos de reconstituição das *redes* de troca (...) inquiriram-se os indivíduos no sentido de identificar quais os membros da sua *rede* de relações sociais que lhes davam resposta” (Portugal, 1995, p. 166). Rhodes (2002) analisa como é que se estabelece uma política de cuidados primários de saúde no seio de uma comunidade e como é que as diferentes organizações e actores envolvidos atribuem significado ao que fazem e/ou ao que beneficiam.

Entre as abordagens sociológicas das *redes*, têm ainda particular destaque, pelo seu carácter inovador, as *redes* sociotécnicas (Latour, 1989). Trata-se do estudo dos sistemas concertação que permitem a resolução de problemas concretos e criam, inúmeras vezes, nessa resolução, avanços de natureza tecnológica. O que se pretende é

estudar as operações que tornam possível que no seu interior os actores se compreendam e cada um tire os seus benefícios. Estas *redes*, por juntarem actores humanos (por exemplo: investigadores, pescadores, financiadores, etc.) e não humanos (por exemplo: vieiras, larvas, instrumentos de medida, etc.) que se encontram inter-relacionados, foram designadas como *redes sociotécnicas*. Mais do que a análise dos conflitos ou posições de poder, analisam-se as operações que permitem gerar os consensos que constroem os progressos, mesmo que as posições de partida e os ganhos sejam diferenciados para os diversos intervenientes. O caso mais relatado, ocorrido nos anos 1970, estuda a introdução de uma inovação tecnológica japonesa, em França, para impedir a extinção das “*coquilles Saint-Jacques*” e foi promovido pelo CNEXO (*Centre National d'Exploitation des Océans*). Através dele se explicita o conceito de operação de *tradução*, pois se o projecto significava para os investigadores uma questão de *conhecimento fundamental*, para os pescadores significava *sobrevivência económica*, para as vieiras (*coquilles Saint-Jacques*) era uma questão de *perpetuação da espécie* e para os políticos locais uma questão de *prestígio e poderes públicos*. Os investigadores tiveram de comunicar com universos diferentes dos seus, tal como os pescadores e os financiadores. Ao mesmo tempo, na *relação* gera-se uma espécie de contaminação de papéis, isto é, os pescadores também tiveram que adoptar procedimentos de investigação, assim como os investigadores tiveram que sair dos seus laboratórios tradicionais, pelo que, nesse processo se vão gerando redefinições identitárias. Para Portugal (2007), os autores relativizam de um modo importante a distinção entre *indivíduos* e *instituições*, porque o fundamental está nos processos de tradução que se estabelecem. O conceito não designa a tradução no sentido estritamente linguístico do termo, mas sim uma deslocação de sentido que implica a compreensão dos outros e dos seus interesses.

Em síntese, identificam-se quatro princípios fundamentais na teoria das *redes* sociais:

- 1) os actores e as suas acções são vistos como interdependentes e não como unidades independentes e autónomas;
- 2) os laços relacionais entre actores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais);
- 3) Os modelos de *redes* centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios que configuram oportunidades e/ou constroem a acção individual;

4) Os modelos de *redes* conceptualizam a estrutura (social, económica, política, etc.) como padrões constantes.

Wasserman e Faust (citados por Portugal, 2007, p.6)

As políticas públicas e as redes

Nas políticas públicas, em que o conceito mais frequente é o de redes políticas, a sua génese e os seus desenvolvimentos são outros. As políticas públicas eram, até à década de 1970, essencialmente consideradas como protagonizadas pelo Estado, estudando-se sobretudo os aspectos relativos à sua operacionalização. Há depois concomitantemente mudanças que vão ocorrendo no modo como o Estado passa a governar e mudanças na forma como se estudam essas mesmas políticas. Tal transformação ocorre pelo crescimento da consciência de que as administrações públicas têm que lidar com quatro problemas principais:

“Um *problema de implementação* (quando os governos não conseguem fazer com que os actores apliquem as suas regras), um *problema de motivação* (quando os grupos-alvo, ou mesmo as administrações, se recusam a reconhecer a legitimidade de uma reforma), um *problema de governabilidade* (a falta de competências e instrumentos jurídicos do governo) e, por último, um *problema do conhecimento* que o autor define como a interpretação incorrecta das relações causais entre fins e meios.” (Mayntz, citado por Pons e Van Zanten, 2007, p. 108)

Para os vários autores que analisam estas mudanças nos modos de coordenação do Estado, trata-se de um esforço de reconfiguração com o objectivo de garantir um sentido colectivo às suas tomadas de decisão e, assim, se legitimar e reforçar com e junto de uma variedade de actores. O conceito de *governança* pode ser considerado mais ou menos neutro, não emergindo nem em oposição à ideia de *mercado* como regulador da economia, nem significando uma abertura das políticas a perspectivas mais subjectivas emergentes nos contextos locais; ou seja, tão só, uma abertura do Estado à concertação com a sociedade civil. Mas pode também ser entendido como sendo intrinsecamente um veículo para a afirmação do neo-liberalismo, com uma forte implicação das instâncias supranacionais (designadamente a Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, União Europeia...). Solaux (2005) considera que a noção de *governança* invade o vocabulário político liberal no início dos anos 1990 e que há uma *ideologização* do conceito para promover novos métodos de decisão e de acção. Para o autor, se por um lado tal discurso parece apregoar-se para a sociedade como em nome de um aprofundamento

democrático, a leitura dos textos divulgados pelas grandes instituições supranacionais tende a revelar três princípios básicos opostos: a “introdução da norma liberal do Estado mínimo e; nomeadamente, da norma do comércio livre; a busca da simplicidade a todo o custo; a vontade de circunscrever a política” (Hibou, citado por Solaux, 2005, p. 31).

Certo é que os estudos mostram, mais ou menos a partir da década de 70 e sobretudo a partir dos 1980, sobretudo no contexto anglo-saxónico, que os decisores políticos estão longe de actuar sozinhos. A expressão *triângulo de ferro* que começa a ser usada logo anos 1960 já evidencia o conceito de *rede* como embrionário, ela serve para designar a ligação de interdependência estabelecida entre três tipos de actores no âmbito de uma política sectorial: as agências governamentais, a comissão competente do congresso e os grupos de interesses dominantes. A partir dos anos 1970, os trabalhos multiplicam-se. Heclo (1974; 1978) é dos primeiros autores a evidenciar a importância das ligações entre um número limitado de indivíduos e a relevância dos seus valores partilhados no âmbito de uma política pública. Thatcher (1998) refere que Heclo, em 1978, nos Estados Unidos, tentou caracterizar várias *redes* que se organizavam em torno de uma política sectorial, definindo-as como *redes* temáticas (*issue network*). Assim:

As *redes* de *acção pública* procuram explicar as políticas públicas num contexto de perda de capacidade de acção autónoma do Estado, confrontado com questões múltiplas e frequentemente contraditórias, devido ao aumento de poder dos actores locais, transnacionais e privados. (Hassenteufel, 2008, p. 123)

Se o Estado governa em relação com um conjunto de actores sociais, a coordenação é mais um processo de *bricolage* do que um conjunto de decisões racionais tomadas no interior de um sistema hierárquico. Desta forma, os trabalhos sobre as redes de políticas públicas interessam-se pela relação entre os grupos de interesses mais estritos ou mais alargados (associações profissionais, empresas, sindicatos, etc.) e o Estado. A abordagem fundamental destes trabalhos é a de mostrar que os processos de decisão política são fragmentados e que os grupos de interesses participam de forma activa na tomada de decisão, por vezes de forma muito próxima das elites político-administrativas (Boussaguet, et al, 2004). Estes estudos sobre as redes políticas têm um valor mais descritivo e compreensivo do que explicativo (Thatcher, 1998; Bevir e Rhodes, 2003), realçando-se que esta abordagem permite focalizar a atenção sobre a fragmentação da governação, clarificar a existência e a interdependência dos grupos de interesse, perceber o papel dos

especialistas e evidenciar as interações que estão no cerne de alguns dos processos, quer de tomada de decisão política, quer nos processos de implementação.

Em inúmeros casos esta mudança dos modos de coordenação transporta novas responsabilidades para os actores. Contudo, levantam-se algumas questões, pois, por um lado, “os membros de uma comunidade política não estão habituados a produzir e conduzir, eles podem simplesmente consumir produtos políticos (...), trata-se de uma nova cultura política reflexiva” (Bang, 2003, p. 12). Por outro lado, como refere Mangez (2001), nem sempre este jogo é totalmente isento de uma tentativa de desresponsabilização do Estado que nesta transferência de poder, faz simultaneamente repousar os fracassos no nível local, poupando-se assim ao julgamento da opinião pública. Apesar destes riscos de desresponsabilização do Estado, é verdade que aos actores, nos seus múltiplos lugares de intervenção, já não se exigem apenas as necessárias e tradicionais competências de gestão (ou seja, de controle e de comando). São necessárias novas competências que permitam a base de negociação e persuasão, referidas por Pons e Van Zanten como semelhantes às necessárias na "orquestração", ou seja, “as habilidades de quem dirige uma sinfonia (como uma visão sintética de um problema complexo)” (2007, p. 109).

Intervenção social – as redes como “inspiração

A intervenção social com base nas redes foca-se num novo modo de coordenação entre instituições e entre pessoas, usando conceitos comuns nas redes tais como o de *laços* ou *capital social*¹ não já como objecto de estudo mas como motor de transformação.

A rede baseia-se nas metas que unem pessoas e/ou organizações em torno de objectivos comuns, o intuito é o de se ficar menos refém da burocracia, das teias e conflitos de interesses próprios das organizações, de usar a liderança de forma mobilizadora (podendo esta ser móvel, ou seja alternar entre os diversos membros da rede) e de rentabilizar recursos em prol de todos. Trata-se assim de um

¹ A discussão sobre o significado de capital social é tão vasta e rica como a que se tem feito acerca das redes, os dois conceitos aparecem muito relacionados. Por óbvia falta de espaço para o aprofundar, consideramos a definição de Portugal: capital social é “o investimento nas relações sociais com proveitos esperados no mercado”(Lin, citado por Portugal, 2007, p.16), podendo o mercado ser entendido de uma forma mais vasta, não meramente económica, assim como os proveitos desejados.

“quase regresso” à solidariedade praticada entre vizinhos, no seio da família ou no bairro ou das lógicas cooperativas que geraram, entre outros, tantos projectos de habitação social. Os recursos são porém outros, nomeadamente com o advento da Internet, as formas de organização já não exigem forçosamente dinâmicas presenciais, podem assumir-se laços fortes mesmo sem conhecimento pessoal. Os objectivos são também mais ambiciosos porque não se trata apenas de provir necessidades mais básicas mas da mobilização com objectivos sociais mais amplos. Se originariamente estas redes se formavam sobretudo no seio da sociedade civil, hoje elas existem também ligando instituições estatais, assim como estatais e não estatais. A iniciativa pode mesmo pertencer ao Estado, sendo o caso mais paradigmático o das Redes Sociais autárquicas pois trata-se de uma obrigação emanada do poder central para as autarquias com carácter obrigatório (Decreto-Lei nº 115/2006). Depois do que antes se disse, parece extremamente contraditório criar redes “por decreto”, mas na verdade o projecto foi bem acolhido porque na sua génese estava um problema reconhecido por todos: as instituições sociais de um determinado território não podiam trabalhar bem se não criassem entre elas algum tipo de articulação pois as sobreposições eram muitas e contraproducentes. Monteiro considera que:

Esta experiência constitui um laboratório “na aferição da mudança no que toca a modelos e políticas de intervenção social”. Particularmente, quando este programa procura introduzir a alternativa e a inovação a partir de dois pilares que lhe conferem um carácter distintivo face a outros programas, medidas ou modelos de intervenção: por um lado, a aposta no planeamento estratégico e, por outro, a sustentabilidade da acção a partir de dinâmicas de parceria e participação alargadas. (Monteiro, 2008, p. 11)

Este autor, em conjunto com Bessa Ribeiro, organiza um seminário sobre as redes sociais autárquicas onde reúne um conjunto de estudos sobre algumas das redes da região Norte que iniciaram o seu funcionamento logo em 2006 (embora estas redes tenham começado de forma experimental em 1997, só em 2006 se tornam obrigatórias). Trata-se um contributo importante para perceber os aspectos mais e menos positivos deste trabalho. Salientamos que estas redes assentam numa base territorial, é essa unidade que determina laços entre instituições (públicas e privadas) que podem prosseguir fins diferentes mas que assumem um compromisso por melhorar aquela comunidade.

Proliferam na sociedade civil as redes, desde que que se juntam por uma mera partilha de interesses (carros antigos, vinhos...) às que se

organizam para proporcionar boleias (por exemplo *Bla, bla car*²), para incentivar a leitura através da partilha de livros (por exemplo *bookcrossing*³) ou para ajudar a superar problemas (por exemplo, *Pais em Rede*⁴), revitalizando a ideia do grupo como base de apoio e solidariedade.

A junção entre entidades estatais é também possível, como acontece com as autarquias que se uniram para criar redes tais como a das cidades saudáveis⁵ ou uma das mas antigas (existe desde 1994): a rede das cidades educadoras⁶ (já tem neste momento 454 cidades membros). Redes que juntando autarquias nascem com o objectivo claro de partilhar problemas e assumir políticas, tal como a rede europeia de cidades com políticas locais para a integração da população migrante. O carácter transnacional destas redes é evidente, elas ultrapassam as fronteiras tradicionais dos estados para criar laços entre unidades afins (as cidades). Neste caso, apesar da base não ser o território, mas sim as afinidades cívicas, são instituições com uma missão e aspirações semelhantes, cujo impacto também acaba por ser sobre o território específico da cidade aderente. Este carácter local pode ser multifacetado, veja-se o caso da *rede de aldeias de xisto*⁷ (juntam 27 aldeias distribuídas pelo interior da Região Centro de Portugal) e apesar de terem uma ligação com as autarquias, têm existência independente. Outras têm por objectivo uma intervenção concertada entre instituições da mesma natureza e que partilham a mesma missão, como acontece com a Rede Nacional de Bibliotecas ou a Rede Nacional de Museus. O seu funcionamento pode ter um carácter mais ou menos formal, exigir um compromisso institucional ou tão simplesmente adesão pessoal, sem nenhum comprovativo de maior. Se é verdade que a informalidade e as interacções estabelecidas na base da cumplicidade eram, ao início uma característica das redes, algumas delas aparentam hoje não fugir à burocracia mais tradicional.

As redes parecem ser assim sistemas concertados de parcerias, ainda que o uso tradicional da palavra parceiro e parceria não seja exactamente consonante com este. Tradicionalmente a busca de parceiros era realizada por uma instituição que procurava quem a ajudasse a realizar determinados objectivos que eram os seus, o que

² <http://www.blablacar.pt>

³ <http://www.bookcrossing.com/>

⁴ <http://www.paisemrede.pt/>

⁵ <http://rededidadessaudaveis.com/index.php/pt>

⁶ <http://www.edcities.org/>

⁷ <http://aldeiasdoxisto.pt/content/rede>

é diferente de ter objectivos em comum, de os partilhar e realizar esforços em conjunto para a sua concretização. Assim, como menciona Gonçalves (2008), “a referência à ideia de rede, associada ao conceito de parceria, parece querer enfatizar a comunicação entre iguais, obtendo por conseguinte uma parceria que incorpora um sistema de comunicações horizontais entre os seus órgãos” (p. 53). De qualquer modo, consideramos que a designação “membro” é mais consonante com o grau de coesão necessário à criação de uma rede e com o tipo de compromisso que é assumido.

Embora também seja intervenção social, é com uma lógica diferente da que temos vindo a mencionar que se usa a rede como mote para a transformação dos vínculos sociais numa favela brasileira (Carpim, 2005) Partindo da ideia de que o isolamento dos habitantes decorre das suas ligações serem fundamentalmente tecidas no interior da mesma e num número reduzido de lideranças comunitárias muito dominantes, o objectivo da intervenção é o de mudar a configuração dos laços existentes entre os seus habitantes e o exterior. Neste caso, ampliar os laços com o exterior é também uma forma de lutar contra o isolamento territorial de um grupo social (a autora usa a análise estrutural para evidenciar a configuração da rede antes e depois da intervenção). Mencionamos este estudo por nos parecer agir com uma lógica mais sociológica, mobilizando de uma forma aplicada a pesquisa teórica na área, o que nos parece interessante.

Este mundo conexcionista é de algum modo deslumbrante, com grandes potencialidades ao nível da consecução dos objectivos a que se propõem as pessoas e as instituições, mas há também vários riscos. Ilídio Ferreira refere, por exemplo:

O “ideal participativo foi promovido a quase directiva nacional, embora isso aconteça num contexto em que já não há militantes que o alimentem. Trata-se de uma participação sem participantes. Como tal, converte-se em simples técnica, tornado o *ideal participativo* omnipresente nos discursos de política mas ausente do terreno. A participação e a implicação configuram, assim, um novo paradigma político que reformula a questão da dominação e do controlo social.” (Ferreira, 2004, p.28)

É preciso assim, voltamos a reiterar, que a investigação acompanhe estas práticas que estão a acontecer no terreno, no sentido de evidenciar as perdas e os ganhos e, sobretudo, ilustrar de forma mais aprofundada as dinâmicas das redes.

Referências bibliográficas

- Bang, H. (2003). Governance as political communication. In H. Bang (ed.), *Governance as social and political communication*. Manchester: Manchester University Press, pp 7-23.
- Bevir, M. & Rhodes, R. (2003). Decentring British governance: from bureaucracy to networks. In H. Bang (ed.), *Governance as social and political communication*. Manchester: Manchester University Press, pp. 61-78.
- Boussaguet, L., Jacquot, S., Ravinet, P. (2004). *Dictionnaire des politiques publiques*. Paris: Sciences PO, Les Presse.
- Carpim, T (2005). *Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa Santo André Mais Igual*. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-05042006-091908/en.php>.
- Ferreira, F. (2004). Uma análise crítica das políticas de parceria: a metáfora da rede. *Actas do 5º Congresso Português de Sociologia*. Braga: Universidade do Minho.
- Figueiredo, C. (2011). *Redes sociais e políticas: Genealogia das políticas públicas de Educação Sexual*. Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento em Educação. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4669>.
- Gonçalves, H. (2008). A rede social de Carrizada de Ansiães: experiências, discursos e perspectivas. In A. Monteiro, e F. B. Ribeiro (orgs.), *Redes Sociais. Experiências, Políticas e Perspectivas* (pp:49-67). Ribeirão: Edições Húmus.
- Hassenteufel, P. (2008). *Sociologie politique: L'action publique*. Paris: Armand Colin.
- Lafaye, C. (1996). *Sociologie des organisations*. Paris: Armand Colin.
- Latour, B. (1989). *La science en action*. Paris: Éditions La Découverte/Gallimard.
- Law, J. (1997). Topology and the Naming of Complexity. Centre for Science Studies, Lancaster University, Lancaster LA1 4YN, UK, at <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Topology-and-Complexity.pdf>.
- Lima, J. M. Ávila de (1997). *Colleagues and Friends: Professoral and personal relationships among teachers in two Portuguese secondary schools*. Tese de doutoramento não publicada. Ponta Delgada: Serviços de Documentação da Universidade dos Açores.
- Mangez, E. (2001). Régulation de l'action éducative dans les années quatre-vingt dix. *Education et Sociétés*, 8, pp. 81-96.
- Mercklé, P. (2004). *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris: La Découverte.
- Monteiro, A (2008). Introdução. In A. Monteiro, e F. B. Ribeiro (orgs.), *Redes Sociais. Experiências, Políticas e Perspectivas* (pp: 13-17). Ribeirão: Edições Húmus.

- Pons, X., & Van Zanten, A. (2007). Knowledge circulation, regulation and governance. *Report*. Disponível em <http://www.knowandpol.eu/index.php?id=98>.
- Portugal, S. (1995). As mãos que embalam o berço: as redes informais de apoio à maternidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 42, pp. 155-178.
- Portugal, S. (2004). As coisas, os modos e os laços: o papel das redes informais na provisão de recursos. In *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção Atelier: Famílias*, pp. 139-145.
- Portugal, S. (2007). Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*, n.º 271, Março 2007 (documento policopiado).
- Rhodes, R. (2002). Putting people back into networks. *Australian Journal of Political Science*, vol. 37, n.º 3, pp. 399-416.
- Solaux, G. (2005). Les regulations des politiques d'éducation. In Y. Dutercq (org.), *Les regulations des politiques d'éducation*. Rennes: PUR, pp. 17-50.
- Thatcher, M. (1998). The Development of policy network analyses: from modest origins to overarching frameworks. *Journal of Theoretical Politics*, October, vol.10, pp. 389-416.
- Viseu, S. (2012). *Políticas públicas de ciência e a regulação da investigação educacional: Estruturas e redes de investigadores*. Tese de doutoramento em educação. Universidade de Lisboa. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/7064>.

Legislação Referida

Decreto-Lei n.º 115/2006. Diário da República—I Série-A n.114, 14 de Junho de 2006, pp. 4276-4282.